

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Últimas pesquisas mostram disputa apertada pelo Senado

Governo e oposição: disputa acirrada para o Senado

O Correio da Manhã está finalizando mais uma rodada do levantamento que faz desde as eleições municipais agregando as pesquisas mais recentes em cada estado para ter um panorama de como anda a disputa. Preliminarmente, é possível se afirmar, no entanto, como está a disputa para o Senado. E ela aponta para um quadro bastante acirrado entre governo e oposição quanto à composição dos dois terços de senadores que serão renovados no ano que vem. Com base nas pesquisas mais recentes encontradas nas 27 unidades da Federação, podem vir a ser eleitos até 38 senadores oposicionistas. E 36 alinhados ao governo. Oito declaram uma posição independente. Esse número, naturalmente, é bem maior do que a quantidade de senadores (dois por estado) que será eleita, porque há muitos casos de empate. A mesma disputa apertada na corrida presidencial se repete para o Senado.

PL pode fazer 18. PT pode chegar a 11

Em termos de partido, o PL de Flávio Bolsonaro como candidato a presidente, aparece com a maior chance de eleger senadores. Pode chegar a até 18. O PT pode eleger até 11 senadores. Mas, se vier a ser reeleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conta a força pendular do MDB, que também pode eleger até 11. No caso, com alguns nomes declaradamente aliados de Lula, como Renan Calheiros (AL) ou Eduardo Braga (AM). Lula tem ainda aliados em partidos do Centrão, como André Fufuca (PP-MA).

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Esperidião Amin pode tirar Carlos Bolsonaro do Senado

Força em alguns estados

Mesmo em alguns estados tidos como mais conservadores, aliados do governo têm chances de eleger senadores. Embora as pesquisas mais recentes apontem avanço dos oposicionistas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Marcel Van Hatten (Novo) aparece à frente de Manuela D'Ávila (Psol). Mas ela continua com boas chances de se eleger. No Paraná, lidera Deltan Dallagnol (Novo). Mas Gleisi Hoffmann (PT) se coloca no páreo numa situação de empate. No Rio de Janeiro, lidera Benedita da Silva (PT).

Avanço conservador em São Paulo e Minas

Houve, porém, um avanço conservador em Minas e São Paulo. Em Minas Gerais, Marília Campos (PT) lidera, mas em empate na margem de erro com Domingos Sávio (PL) e Carlos Viana (PSD). E em São Paulo, as senadoras governistas Simone Tebet (PSB) e Marina Silva não mais lideram, segundo a Real Time Big Data. Guilherme Derrite (PL) aparece à frente. Simonte Tebet empata com André do Prado (PL).

Nordeste

Mesmo no Nordeste, há alguns movimentos que precisam ser observados. Na Bahia, seguem firmes Rui Costa (PT) e Jaques Wagner (PT). Mas em Pernambuco Mendonça Filho (PL) cresceu sobre Humberto Costa (PT), na Real Time Big Data de 16 de setembro. Lidera Marília Arraes (PDT). Mas Mendonça aparece empatado com Humberto Costa.

De Lula

Por outro, lado as pesquisas mostram crescimento de dois candidatos que colaram de fato suas imagens em Lula. Para o governo no Rio Grande do Norte, aparece em segundo lugar Cadu de Lula (PT). E para o Senado, o segundo nome é Samanta de Lula, atrás de Styvenson Valentim, do Podemos, um nome que faz oposição a Lula.

Piauí

O Piauí pode reeleger o governador Rafael Fonteles (PT) no primeiro turno. Mas essa vantagem não se reflete de forma tão clara na corrida para o Senado. Ciro Nogueira (PP) está empatado na margem de erro com Marcelo Castro (MDB). Ciro um dia já foi aliado. Mas hoje é um dos principais líderes da oposição. Marcelo Castro é governista.

Ceará

No Ceará, há uma disputa apertada pelo governo entre o governador Elmano de Freitas (PT) e Ciro Gomes (PSDB). Numa situação inusitada: Ciro é oposição a Lula. Mas seu irmão, Cid Gomes (PSB), que lidera para o Senado, é governo. Também governista, Luiziane Lins (Rede) é a segunda, com o oposicionista Capitão Wagner (União) logo atrás.

Catarinenses

Santa Catarina é um dos perfis mais conservadores. Jorginho Mello (PL) pode ser eleito no primeiro turno. Mas Esperidião Amin (PP) pode tirar um Bolsonaro da disputa. Caroline de Toni (PL) lidera, conforme Real Time Big Data de 17 de setembro. Ela tem 24%. Amin está empatado com Carlos Bolsonaro, ambos com 20%.

No DF

No Distrito Federal, Michelle Bolsonaro (PL), com 21%, aparece à frente, mas numa situação de empate na margem de erro com Leila do Vôlei (PDT), que tem 18%, segundo a última Datafolha. Leila também empata com Bia Kicis (PL), que tem 15%. Que empata com Erika Kokay (PT), que tem 14%. Anda acirrada a disputa.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Eduardo Bolsonaro já havia perdido o mandato por faltas

Há mais de um ano nos EUA, Eduardo é demitido da PF

Ex-deputado federal foi afastado por abandono do cargo. Ele atuava como escrivão

Por **Gabriela Gallo**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública demitiu o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de seu cargo como escrivão da Polícia Federal (PF), por abandono de cargo. A decisão foi publicada nesta segunda-feira (21) no Diário Oficial da União (DOU). Eduardo Bolsonaro se mudou para os Estados Unidos (EUA) em março de 2025 e permanece lá desde então.

Em dezembro de 2025, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados já havia cassado o mandato parlamentar de Eduardo por ter deixado de comparecer a um terço das sessões deliberativas da Casa.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Apesar de o ex-parlamentar estar a um ano e meio em solo americano sem exercer suas funções parlamentares ou como servidor público federal, ao Correio da Manhã o sócio do Roenick Fernandes Advogados Diego Fernandes explicou que a demissão de um servidor público não é automática, sendo necessária a abertura

de um processo administrado, com contraditório e ampla defesa do servidor.

“Para situações de abandono de cargo, a própria lei prevê um Processo Administrativo Disciplinar Sumário. Nesse procedimento são apurados os fatos e assegurado ao servidor o exercício do direito de defesa, antes da decisão da autoridade competente. Um ponto importante é que os 30 dias não funcionam como um prazo ao fim do qual ocorre automaticamente a demissão. Eles integram a caracterização da infração. A perda do cargo depende da apuração administrativa e da aplicação da penalidade pela autoridade competente”, detalhou o advogado.

Vale destacar que o período de contagem dos dias ausentes na Polícia Federal passa a valer a partir do momento em que Eduardo Bolsonaro oficialmente foi afastado de seu cargo como deputado federal. Portanto, “esse período não pode ser simplesmente computado como ausência injustificada”, já que a questão disciplinar “surge a partir do momento em que termina o afastamento e o servidor deve retornar ao exercício do cargo”.

Questionado pela reportagem, Fernandes disse que o ex-parlamentar ainda pode recorrer da decisão, mas para ter alguma validade, Eduardo Bolsonaro precisaria apresentar um fundamento jurídico elaborado.